

A URFBio Alto Paranaíba/Instituto Estadual de Florestas/SISEMA.

SEI 2100.01.0054559/2022-55

CARLOS RENATO GURGEL, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED], devidamente qualificado nos autos do processo administrativo em epígrafe, vem, tempestivamente, após tomar ciência da decisão que indeferiu o pedido de intervenção ambiental em 05/07/2023 e nos termos da notificação recebida através do Ofício IEF/URFBIO AP - NUREG nº. 105/2023, apresentar o respectivo **RECURSO**, e para tanto, expõe e requer o seguinte:

DA TEMPESTIVIDADE: A notificação foi realizada por meio eletrônico (SEI) em 05/07/2023, sendo que o interessado dispõe, nos termos do art. 80 do Decreto Estadual 47.749/2019, do prazo legal de 30 (trinta) dias a contar do recebimento, para protocolar o respectivo recurso. Sendo assim, o prazo final se dará em 04/08/2023. Portanto, o recurso apresentado nesta data é tempestivo, devendo ser recebido, para que produza os efeitos esperados.

DOS FATOS E DO DIREITO/DAS RAZÕES DO RECURSO

O requerente/recorrente formalizou pedido de intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa a fim de

regularização intervenção ambiental realizada anteriormente, processo em comento (DAIA Corretiva).

Juntou a documentação pertinente conforme o exigido pela legislação ambiental.

Todavia, na propriedade do recorrente existe uma pesquisa mineral em curso, sendo que a empresa responsável pelo título minerário requisitou do proprietário o acesso ao CAR para que solicitasse autorizações ambientais relativas às suas atividades.

Porém, sem autorização do proprietário, a equipe técnica da Mineradora alterou as informações relativas as APPs e as áreas de Reserva Legal incluindo compensação averbada, conforme pactuado nos autos do Inquérito Civil (TAC firmado com o MPMG).

O recorrente só teve ciência da alteração promovida sem a sua autorização quando o analista ambiental do MPMG o notificou sobre as alterações realizadas. (documento anexo).

Ao tomar ciência, e pronto a equipe técnica do recorrente, a mesma que elaborou os estudos que subsidiam o pedido formulado, iniciou a “retificação” do CAR para que retornasse ao *status* anterior, notadamente quanto às áreas de APP, RL e a medida compensatória, o que foi concluído no dia 04/07/2023 (documento anexo).

Antes mesmo que juntasse o novo CAR alterado no SEI em questão e apresentasse a justificativa do ocorrido, o analista ambiental do IEF já havia consultado o “CAR incorreto” com alterações não autorizadas, o que levou a entender que as áreas em regularização seriam de Reserva Legal, e portanto, não sendo passíveis de autorização. Todavia, considerando o processo nos exatos termos em que foi formalizado, tal entendimento não procede em razão do equívoco ocorrido.

Sendo assim, diante de todo o histórico narrado e dos equívocos cometidos por terceiros, sem autorização do recorrente, é o

presente recurso para que os autos voltem a tramitar, pois, por erro de terceiros, de fato o pedido pleiteado não poderia ser deferido.

Mas ao juntar o novo CAR e realizando nova análise do CAR, (como na data da formalização), o pedido é passível de análise e deferimento, pois, não ocorreu supressão em área protegida.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, considerando que o processo estava instruído corretamente e que houve apenas um equívoco quanto a alteração não autorizada do CAR e a data de consulta (análise), e de que a supressão de vegetação requerida se trata de pedido passível de análise e autorização, por se tratar de área comum, a fim de que o empreendimento tenha viabilidade para desenvolver suas atividades agrícolas em consonância com a preservação ambiental local, pede reconsideração da decisão exarada anteriormente e o deferimento dos pedidos inicialmente formulados!

Patos de Minas, 27 de julho de 2023.

Regina Gonçalves Barbosa Caixeta

OAB/MG 117.945

Anexos:

- Instrumento de procuração;
- CAR atualizado e correto;
- Notificação do MPMG informando a alteração do CAR;
- Petições ao MP informando o ocorrido e juntada do novo CAR;

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMAR. HÉLIO ALVES 50
NOVO HORIZONTE
De 07:30 às 09:30Fale com a
COPASA **115**CENTRO
TIROS38.880.000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA

Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês de Referência	Grupo
001.21.29387718-3	18/05/2021	18/05/2021	5/2021	365

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS

Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Água		1			
Esgoto					

Índice	PERÍODO CONSUMO/LEITURA	PRÓXIMA LEITURA
413H 0037-00	Atual 18/05/2021 1096	Anterior 15/04/2021 1055

IDENTIFICADOR USUÁRIO

CONSUMO FATURADO

Dias	m³	Litros
22	41	41000

HISTÓRICO DE CONSUMO

	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros
Mar/2021	41.000	32	1.281
Abr/2021	56.000	29	2.000
Mai/2021	42.000	30	1.400
Jun/2021	137.000	29	4.724
Jul/2021	2.000	31	60
Ago/2020	50.000	29	1.724
Sep/2020	76.000	29	2.620
Out/2020	52.000	31	1.677
Nov/2020	98.000	30	3.266
Dez/2020	59.000	30	1.933
Jan/2021	65.000	31	2.096
Feb/2021	63.000	32	1.968

CONSUMO MÉDIO

m³	litros
62	

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

1201 litros de água

Água	Esgoto
R\$ 10,61	R\$ 0,00

TARIFA

CÁLCULO TESTE/UNITÁRIO

Faixa de consumo em 1.000 litros	Consumo de faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$/ Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$/ Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$
0 a 5	5.000000	1	5.00	1.50000	7.50	0.000000	0.00	7.50
5 a 10	5.000000	1	5.00	3.43800	17.19	0.000000	0.00	17.19
10 a 15	5.000000	1	5.00	6.94100	34.70	0.000000	0.00	34.70
15 a 20	5.000000	1	5.00	8.73500	43.67	0.000000	0.00	43.67
20 a 40	20.000000	1	20.00	10.42500	208.70	0.000000	0.00	208.70
40 a 99999999	99999999	1	1.33	16.10100	16.10	0.000000	0.00	16.10
TOMÁ	41.00000		41.33		245.88		0.00	245.88

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

345,89

1201.05696760

07502170000036000000 NIF: 00000000000000000000000000000000

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 22,63

DEBITO AUTOMÁTICO

FATURA VENCIDA EM 09/05/2021 - LIQUIDADA

VENCIMENTO

06/06/2021

TOTAL A PAGAR

*****R\$345,89

INFORMAÇÕES GERAIS



IMPORTANTE: CONFORME LEI 12.607/09, A COPASA DECLARA QUITADOS OS DEBITOS DO USUÁRIO DESTA FATURA NO ANO DE 2020, ISENTANDO-SE DAS CONFIRMAÇÕES PARA O ANO CITADO SEGUNDA VIA DA CONTA DISPONIVEL: WWW.COPASA.COM.BR

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Portaria de Consolidação nº 5 - Anexo XX do MS - Decreto nº 5440)

Período:	Cloro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia coli	Fluoreto(*)	Turbidez
Mínimo	11	11	10	11	0	11
Analisadas	0	0	0	0	0	0
Fora Padrões	11	11	10	11	0	11
Dentro Padrões						

Significado dos parâmetros: vide verso

Observações: *Não obrigatório

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número desta fatura. (Autenticar no verso)

CÓD. DEBITO AUTOMÁTICO

NÚMERO DA FATURA

MÊS/REF.

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

82670000003-5 45890019100-8 12129387718-3 13168900572-9



PROCURAÇÃO

CARLOS RENATO GURGEL, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], Tiros/MG nomeia e constitui sua procuradora **REGINA GONÇALVES BARBOSA CAIXETA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 117.945 e no CPF nº [REDACTED], integrante do escritório **Barbosa e Caixeta Advocacia**, pessoa jurídica de direito privado, com registro na OAB/MG sob nº 9.167 e inscrita no CNPJ sob o nº 35.774.632/0001-97, estabelecida na cidade de Patos de Minas (MG), na Rua José de Santana nº 1.306, sala 08, Ed. Imperial Center, Centro, CEP: 38.700-052, onde recebe intimações, outorgando-lhe, para isso, os poderes contidos na cláusula "*ad judicia*" e mais os de desistir, transigir em juízo ou fora dele, receber e dar quitação, fazer acordo, firmar compromissos, requerer quaisquer documentos junto a órgãos públicos federais, estaduais, e municipais, agir em meu nome perante repartições públicas ou autárquicas ou entidades de economia mista, requerer, recorrer e substabelecer, agindo em conjunto ou separadamente, praticando, enfim, todos os atos necessários ou úteis ao bom desempenho deste mandato, o que tudo dará por bem feito, firme e valioso, especialmente para apresentar recurso administrativo face a decisão que indeferiu pedido de autorização para intervenção ambiental (SEI. 2100.01.0054559/2022-55).

Tiros, 27 de julho de 2023.

[REDACTED] [REDACTED]
CARLOS RENATO GURGEL



RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3168903-037A.765B.E3BE.4749.8E36.A31A.2E7A.53F4	Data de Cadastro: 02/05/2016 20:57:31
---	---------------------------------------

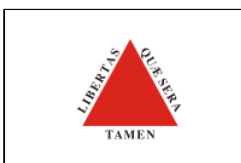
RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural: FAZENDA NOVA ESPERANÇA--ZONA RURAL		
Município: Tiros		UF: Minas Gerais
Coordenadas Geográficas do Centroide do Imóvel Rural:	Latitude: 18°49'35,19" S	Longitude: 45°39'52,22" O
Área Total (ha) do Imóvel Rural: 825,4447		Módulos Fiscais: 20,6361
Código do Protocolo: MG-3168903-47DD.BC8D.1827.DD8F.2B8D.4D44.16D4.FB3A		

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico www.car.gov.br;
6. Esta inscrição do Imóvel Rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também não dispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do Imóvel Rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o Imóvel Rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.





RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

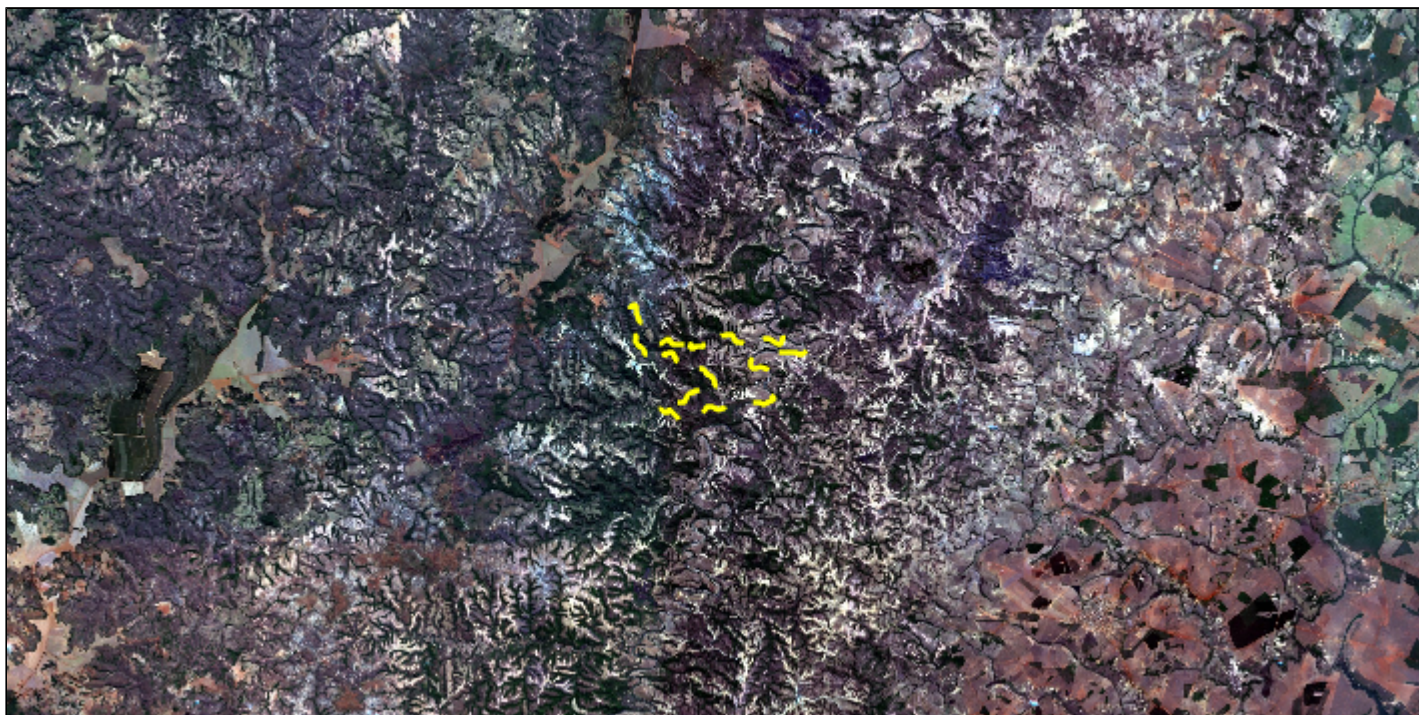
Registro no CAR: MG-3168903-037A.765B.E3BE.4749.8E36.A31A.2E7A.53F4

Data de Cadastro: 02/05/2016 20:57:31

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Foi detectada uma diferença entre a área do imóvel rural declarada conforme documentação comprobatória de propriedade/posse/concessão [824.4369999999999 hectares] e a área do imóvel rural identificada em representação gráfica [825,4447 hectares].

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



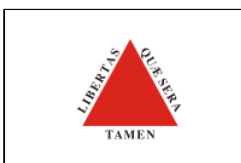
IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

CPF: [REDACTED]

Nome: CARLOS RENATO GURGEL

ÁREAS DECLARADAS (em hectares)





RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3168903-037A.765B.E3BE.4749.8E36.A31A.2E7A.53F4	Data de Cadastro: 02/05/2016 20:57:31
---	---------------------------------------

Imóvel		Imóvel	
Área Total do Imóvel	825,4447	Área Consolidada	374,6937
Área de Servidão Administrativa	0,0000	Remanescente de Vegetação Nativa	446,1766
Área Líquida do Imóvel	825,4447	Reserva Legal	
APP / Uso Restrito		Área de Reserva Legal	179,7727
Área de Preservação Permanente	193,5365		
Área de Uso Restrito	0,0000		

MATRÍCULAS DAS PROPRIEDADES DO IMÓVEL

Número da Matrícula	Data do Documento	Livro	Folha	Município do Cartório
11.718	08/05/2019	L 2 - BG	018	Tiros/MG
9374	15/10/2013	L 2 - AJ	052	Tiros/MG
9407	12/11/2013	L 2 - AJ	089	Tiros/MG
8324	28/09/2011	L 2 - AC	024	Tiros/MG
12.152	21/09/2020	L 2 - BK	052	Tiros/MG





Demonstrativo da Situação das Informações Declaradas no CAR

Registro no CAR: MG-3168903-037A765BE3BE47498E36A31A2E7A53F4	Data de Cadastro: 22/05/2016 03:13	Data da última retificação: 04/07/2023 14:25
---	---------------------------------------	---

Dados do Imóvel

Área do Imóvel: 825,4447 ha		Módulos Fiscais: 20,64
Coordenadas Centróide:	Latitude: 18°49'35,19" S	Longitude: 45°39'52,22" O
Município: Tiros		Unidade da Federação: MG
Condição: Aguardando análise		Data da análise do CAR: -
Situação: Ativo		
Aderiu ao Programa de Regularização Ambiental: Sim		
Condição do PRA: -		

Cobertura do Solo

Descrição	Área (ha)
Área total de Remanescentes de Vegetação Nativa	446,1766
Área total de Uso Consolidado	374,6937
Área total de Servidão Administrativa	0,0000

Reserva Legal

Situação da reserva legal: Não Analisada

Descrição	Área (ha)
Área de Reserva Legal Averbada vetorizada	0,0000
Área de Reserva Legal Aprovada não averbada vetorizada	0,0000
Área de Reserva Legal Proposta vetorizada	179,7727
Total de Reserva Legal declarada pelo proprietário/possuidor	179,7727

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Descrição	Área (ha)
Áreas de Preservação Permanente	193,5365
Áreas de Preservação Permanente em área consolidada	20,2279
Áreas de Preservação Permanente em área de Remanescente em Vegetação Nativa	172,8344



Demonstrativo da Situação das Informações Declaradas no CAR

Registro no CAR: MG-3168903-037A765BE3BE47498E36A31A2E7A53F4	Data de Cadastro: 22/05/2016 03:13	Data da última retificação: 04/07/2023 14:25
---	---------------------------------------	---

Áreas de Uso Restrito

Descrição	Área (ha)
Áreas de Uso Restrito	0,0000



**SENHORA PROMOTORA DE JUSTIÇA - COORDENADORIA
REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ**

PA - Acompanhamento de TAC n.º MPMG-0689.20.000101-4

SEI 19.16.2252.0107017/2022-38

CARLOS RENATO GURGEL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. S^a. por seus procuradores *in fine*, solicitar prazo de 30 (trinta) dias para atendimento da notificação enviada.

Tal solicitação se deve em razão de compromisso externos da equipe de campo responsável pelas informações técnicas, não retornando em tempo hábil para resposta a todos os itens da notificação.

Adiantamos a V. S^a que a mencionada alteração realizada no CAR foi realizada por outra equipe técnica, responsável pela empresa que faz exploração mineral no imóvel e sem autorização do proprietário e já requerida o desfazimento da mesma retomando ao status anterior, conforme obrigação pactuada.

Nestes termos, pede deferimento.

Patos de Minas, 2 de junho de 2023.

REGINA GONCALVES
BARBOSA
CAIXETA: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
REGINA GONCALVES BARBOSA
CAIXETA: [REDACTED]
Dados: 2023.06.02 10:23:22 -03'00'

Regina Gonçalves Barbosa Caixeta
OAB/MG 117.945

Wendell Barbosa Silva
OAB/MG nº 169.806

Rua José de Santana, 1.306/08, Centro, Patos de Minas/MG. CEP.: 38.700-052
(34) 99929-0113 – 3821-2769

www.barbosaecaixeta.adv.br regina@barbosaecaixeta.adv.br



**SENHORA PROMOTORA DE JUSTIÇA - COORDENADORIA
REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ**

PA - Acompanhamento de TAC n.º MPMG-0689.20.000101-4

SEI 19.16.2252.0107017/2022-38

CARLOS RENATO GURGEL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. S^a. por seus procuradores *in fine*, apresentar:

- CAR corrigido nos termos do pactuado. Como justificado em petição anterior, no empreendimento do compromissário existe uma atividade de pesquisa mineral realizada por terceiros, sendo que foi solicitado o acesso ao CAR para que a empresa pudesse solicitar requerimentos juntos ao IEF e o Responsável Técnico acabou por proceder com alterações não autorizados pelo proprietário nas áreas declaradas. Assim, foi necessário que a equipe técnica refizesse novamente o CAR para fazer constar além da área de RL o acréscimo da área.

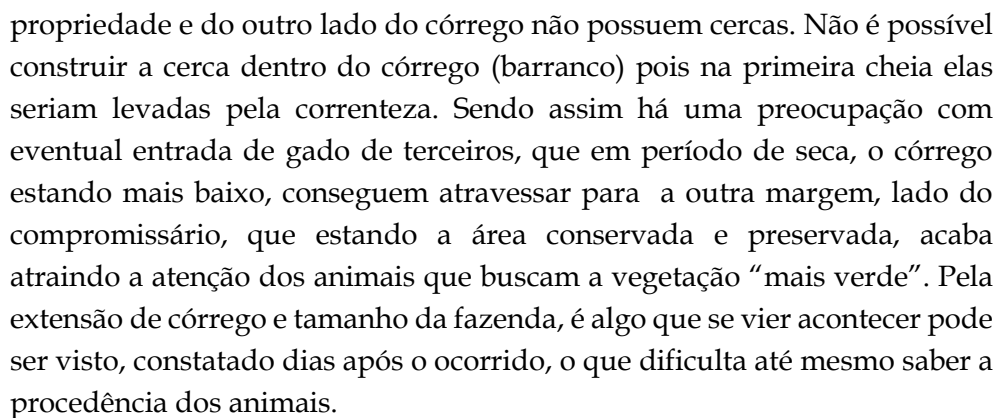
- Segue relatório das ações e execuções do PRADA bem como do cercamento das áreas. O material necessário para o cercamento foi adquirido ainda em 2022 conforme notas fiscais de aquisição e vem sendo executado em toda a propriedade, estando aproximadamente 60% concluído. Todavia, como já relatado anteriormente, a maior dificuldade é a contratação de mão-de-obra. Mas o compromissário reafirma seu compromisso com a execução das obrigações pactuadas, apesar das dificuldades encontradas.

- segue também o andamento atualizado do processo junto ao IEF – em andamento.

Na oportunidade o compromissário externa sua preocupação com a seguinte situação: a fazenda é margeada por um córrego. O compromissário está a cercar a sua app, faixa entre o córrego e o espaço a ser protegido. Porém, as demais propriedades no entorno de sua

Rua José de Santana, 1.306/08, Centro, Patos de Minas/MG. CEP.: 38.700-052
(34) 99929-0113 – 3821-2769

www.barbosaecaixeta.adv.br regina@barbosaecaixeta.adv.br



Patos de Minas, 5 de julho de 2023.

Regina Gonçalves Barbosa Caixeta
OAB/MG 117.945

Wendell Barbosa Silva
OAB/MG n° 169.806

www.barbosaecaixeta.adv.br regina@barbosaecaixeta.adv.br

Acesso Externo com Disponibilização Parcial de Documentos

Peticionamento Intercoornta

Autuação	
Processo:	2100.01.0054559/2022-55
Tipo:	IEF - Intervenção Ambiental
Data de Geração:	22/11/2022
Interessados:	RODRIGO BRAZ DE QUEIROZ

Lista de Protocolos (52 registros):

67891780	Parecer 58	16/06/2023
67919729	Arquivo kmz/kml	16/06/2023
67950767	Memorando 361	16/06/2023
67950815	E-mail	16/06/2023
68362470	CAR - Cadastro Ambiental Rural	23/06/2023

Lista de Andamentos (35 registros):

Data/Hora	Unidade	
16/06/2023 18:30	IEF/URFBio AP - NUREG	Envio de correspondência eletrônica 67950815 (E-mail)
16/06/2023 17:16	IEF/URFBio AP - NCP	Processo recebido na unidade

Rua José de Santana, 1.306/08, Centro, Patos de Minas/MG. CEP.: 38.700-052
(34) 99929-0113 – 3821-2769

www.barbosaecaixeta.adv.br regina@barbosaecaixeta.adv.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Patos de Minas, 17 de maio de 2024.

PARECER ÚNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2100.01.0054559/2022-55

REQUERENTE: Carlos Renato Gurgel

1 - RELATÓRIO

Trata-se de recurso contra decisão que indeferiu o pedido de intervenção ambiental para obtenção de DAIA para **supressão de vegetação nativa**, processo supra, na propriedade denominada Fazenda Nova Esperança, situada na zona rural do município de Tiros, que tramitou nesta Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade - URFBio - Alto Paranaíba do Instituto Estadual de Florestas - IEF.

No presente caso o requerente pleiteia a revisão da decisão com o posterior deferimento do referido processo, decisão essa de competência do Supervisor da URFBio Alto Paranaíba do IEF, nos termos do artigo 38, § único, I c/c art. 44, inciso VI do Decreto 47.892/2020.

2 - DA LEGITIMIDADE

O pedido foi formulado pelo própria requerente, conforme previsão do art. 80, §4º, I, do Decreto Estadual nº 47.749/2019, na condição de titular do direito atingido pela decisão.

3 - DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Estabelece o art. 81 do Decreto Estadual nº 47.749/2019 que a peça de recurso deverá conter:

Art. 81 – (...)

I – a autoridade administrativa ou a unidade a que se dirige;

II – a identificação completa do recorrente;

III – o endereço completo do recorrente ou do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações relativas ao recurso;

IV – o número do processo de autorização para intervenção ambiental cuja decisão seja objeto do recurso;

V – a exposição dos fatos e fundamentos e a formulação do pedido;

VI – a data e a assinatura do recorrente, de seu procurador ou representante legal;

VII – o instrumento de procuração, caso o recorrente se faça representar por advogado ou procurador legalmente constituído;

VIII – a cópia dos atos constitutivos e sua última alteração, caso o recorrente seja pessoa jurídica.

Pela documentação apresentada pelo recorrente, verifica-se que os requisitos estabelecidos no art. 81 foram

atendidos e que o protocolo do recurso se deu em **31/07/2023**. Desta forma, em obediência ao art. 80 do decreto supramencionado, o prazo para interposição de recurso em processos de intervenção ambiental é de 30 (trinta) dias. Portanto, TEMPESTIVO o recurso, considerando que a ciência da decisão se deu em **10/07/2023**. Desta forma, opinamos pelo CONHECIMENTO DO RECURSO.

4 - CONCLUSÃO

Assim, tendo em vista as razões apresentadas no Memorando nº 773/2024/IEF/URFBioAP/NUREG (documento 78041329), decidimos por **manter** a decisão proferida pelo Supervisor Regional. Assim, remetemos o mesmo à Unidade Regional Colegiada - URC/Triângulo - do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, nos termos do artigo 9º, V, 'c' do Decreto Estadual 46.953/2016, para análise do mérito do recurso.

Patos de Minas, 16/05/2024.

Andrei Rodrigues Pereira Machado
Núcleo de Controle Processual
Masp: 1368646-4
URFBio Alto Paranaíba

Frederico Fonseca Moreira
Supervisor Regional
Masp: 1174359-8
URFBio Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 17/05/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 17/05/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88591024** e o código CRC **29A9514C**.